

## XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

### GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

#### REGIME DE INFORMAÇÃO E ESTUDOS SOBRE PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO EM UMA INSTITUIÇÃO DE PESQUISA: UMA PROPOSTA DE MODELO ANALÍTICO

#### *INFORMATION REGIME AND STUDIES ON KNOWLEDGE PRODUCTION AND DISSEMINATION WITHIN A RESEARCH INSTITUTION: A PROPOSAL FOR AN ANALYTICAL FRAMEWORK*

**Marcus Vinícius Pereira-Silva** – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

**Lídia Silva de Freitas** – Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Tiago Ribeiro** – Universidade Federal Fluminense (UFF)

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Na Ciência da Informação, entre as pesquisas de abordagem social no Brasil, observa-se aumento do uso do conceito de regime de informação para discutir ou compreender os fluxos informacionais em diferentes contextos. Entre os principais teóricos do conceito, destaca-se o desenvolvido por Maria Nélide González de Gómez. Diante da carência de estudos que aplicam o conceito para analisar os fenômenos informacionais nas ciências, este trabalho propõe um modelo analítico para analisar a produção e a divulgação do conhecimento em uma instituição de pesquisa. O trabalho discorre sobre o conceito de regime de informação desenvolvido por González de Gómez. Conclui-se que o conceito é flexível e possibilita utilizar métodos e teorias de diferentes áreas do conhecimento para apoiar a descrição ou interpretação dos três estratos informacionais (semântico, regulatório e de infraestruturas de informação) que configuram o regime de informação. O modelo analítico proposto indica analisar o regime de informação a partir da articulação dos estratos informacionais e da relação entre o nível macro e micro social.

**Palavras-chave:** ciência da informação; regime de informação; comunicação científica; instituição de pesquisa.

**Abstract:** In the field of Information Science, particularly among socially oriented research in Brazil, there has been a growing use of the concept of information regime to discuss and understand informational flows in various contexts. Among the principal theorists of this concept, the work developed by Maria Nélide González de Gómez stands out. Given the scarcity of studies applying this concept to the analysis of informational phenomena in science, this paper proposes an analytical model to examine the production and dissemination of knowledge within a research institution. The article discusses the concept of information regime developed by González de Gómez. It concludes that the concept is flexible and allows for the use of methods and theories from different areas of knowledge to support the description or interpretation of the three informational strata—semantic, regulatory, and informational infrastructure—that constitute the information regime. The proposed analytical model suggests examining the information regime through articulating these informational strata and the interplay between macro- and micro-social levels.

**Keywords:** information science; information regime; scholarly communication; research institution.

## **1 INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, observa-se um aumento no uso do conceito de regime de informação no Brasil, cujos principais teóricos são os pesquisadores Bernd Frohmann, Sandra Braman e Maria Nélide González de Gómez.

González de Gómez (1999), uma das principais investigadoras do campo da Ciência da Informação (CI) no Brasil, utiliza o conceito para compreender como os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais agenciam os fluxos informacionais. Para a autora, o conceito designa um modo de produção informacional dominante em uma determinada formação social.

Ao refletir sobre o conceito, González de Gómez aponta que seu uso ainda predominantemente descritivo está relacionado a uma fase inicial e metodológica da pesquisa, bem como ao “caráter situado, contextualizado e, de algum modo, a priori imprevisível de sua configuração, tendo componentes plurais agentes, ações, processos, meios e recursos de informação” (González de Gómez, 2019, p. 138).

Apesar do crescimento do número de trabalhos que aplicam ou discutem o conceito de regime de informação no Brasil, grande parte deles está relacionada às políticas de informação no âmbito governamental, em bibliotecas, arquivos e à competência informacional. Diante da carência de estudos de regimes de informação para compreender a produção e divulgação do conhecimento nas ciências, propomos a seguinte questão de pesquisa: como o conceito de regime de informação pode ser utilizado como modelo analítico para compreender a produção e a divulgação do conhecimento em uma instituição de pesquisa?

Para responder a essa pergunta, dentre os diferentes conceitos de regime de informação, privilegamos o de González de Gómez, pois, ao contrário de Frohmann (1995), a autora deu continuidade, aprofundou as reflexões e buscou articulá-las com os estudos empreendidos por esse autor, por Braman e outros. Como destacado por Alves e Bezerra (2019), González de Gómez é reconhecida pelo pioneirismo, desenvolvimento e divulgação do conceito de regime de informação no Brasil.

Nesse cenário, este artigo propõe um modelo analítico utilizando o conceito de regime de informação para compreender a produção e a divulgação do conhecimento em uma instituição de pesquisa. Para alcançar tal objetivo, discutimos o desenvolvimento do conceito por González de Gómez e, ao final, com base nas proposições da pesquisadora, apresentamos uma proposta de modelo analítico.

## **2 O CONCEITO DE REGIME DE INFORMAÇÃO DE GONZÁLEZ DE GÓMEZ**

Os estudos de González de Gómez foram alguns dos precursores da abordagem social da CI no Brasil e contribuíram significativamente para sua consolidação (Fernandes; Saldanha, 2012). As pesquisas desenvolvidas pela autora nas décadas de 1980 e 1990, apesar de não trabalharem propriamente com o conceito de regime de informação, já incorporavam sua noção ao tratar das relações entre normas, regras e estruturas que influenciam os fluxos informacionais. Além disso, criticavam o reducionismo da visão dicotômica entre o internalismo e o externalismo das ciências e indicavam a importância de considerar as condições históricas e sociais dos sujeitos da pesquisa.

O termo regime de informação foi utilizado pela primeira vez pela autora em 1999 no artigo “Caráter Seletivo das Ações de Informação”. Nesse trabalho, González de Gómez recupera e apresenta alguns elementos teóricos para investigar os fenômenos informacionais e conceitua regime de informação como:

o modo de produção informacional dominante numa formação social, que define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição. [...] Em síntese, um regime de informação se caracteriza por sua complexidade e sua não transparência imediata, por nele ocorrerem conflitos, vontades plurais e efeitos não desejados (González de Gómez, 1999. p. 27).

Um ponto importante para a compreensão da configuração de um regime de informação, na perspectiva da autora, é a ideia de estratificação da informação. Apoiada em autores de diferentes áreas do conhecimento, a pesquisadora afirma que os fenômenos informacionais estão vinculados a diversos estratos ou camadas (Silva, 2021) e propõe estudá-los em sua interconexão, assimetrias e articulações (González de Gómez, 1999; 2012b).

**Quadro 1 – Estratos informacionais**

<b>Estrato</b>	<b>Contexto</b>
Informação (semântico)	Relacionado aos processos semânticos e comunicativos, pela abertura e pluralidade das ações sociais, contextos culturais e históricos. O valor, evidência ou testemunho de informação é constituído por regras, quase sempre implícitas.
Estruturas de metainformação ou Regulatório	Relacionado às regulamentações e orientações que definem as possibilidades de relacionamentos entre duas ou mais informações ou documentos. É constituído por regras formalizadas, padrões convencionais e contratos e é entendido como o estrato mais especificamente institucional ou organizacional e "de intermediação entre a proliferação de conteúdos semânticos e as restrições operacionais e econômicas dos dispositivos" (González de Gómez, 2012b, p. 25).
Infraestrutura de informação	Relacionado às questões tecnológicas e de infraestrutura e estão sujeitas a condições genéricas. No sentido ampliado, designa a convergência das diferentes tecnologias de comunicação e a Internet é entendida como principal loco de realização dessa convergência.

**Fonte:** Adaptado de González de Gómez (1999; 2012b).

No estrato semântico, sugere-se o uso de estratégias para reconstruir a produção de sentidos dos atores sociais e/ou para construir e interpretar indicadores sobre produtos e resultados das ações de informação. Para tal, pode-se recorrer a métodos descritivos ou interpretativos. No estrato regulatório, recomenda-se a utilização de noções e abordagens oriundas das áreas de gestão e das ciências sociais, como as noções de instituição, organização e contrato. Por fim, no estrato de infraestrutura de informação, propõe-se compreender os padrões tecnológicos estabelecidos, bem como suas condições de viabilidade e eficácia econômica (González de Gómez, 2000).

Ao destacar o papel das normas, regras e contratos, González de Gómez se aproxima da Teoria de Regime. Para a autora as regras "são normas que nem descrevem nem prescrevem, mas determinam" (González de Gómez, 1999, p. 10). Mediadas pela linguagem, elas organizam as experiências prático-discursivas, promovem regularidades e podem ser explícitas ou implícitas. Já as normas estabelecem o que é correto ou adequado para realização de uma determinada ação e podem ser prescritivas, como as normas técnicas e sancionadas por alguma autoridade. O contrato está relacionado à relação jurídica que estabelece direitos e deveres entre as partes (González de Gómez, 1999).

Assim como Frohmann, González de Gómez destaca a importância da perspectiva relacional na conformação de um regime de informação. Baseada na Teoria Ator-Rede, a autora destaca o agenciamento de elementos heterogêneos nos fluxos informacionais, entende que os atores estão inter-relacionados e que qualquer ação pode afetar a rede como um todo. Além disso, articula o conceito de rede ao de dispositivo, de Foucault, compreendendo este último como configurações estruturantes das redes, ou seja, que "sobredeterminam e especificam características das redes" (González de Gómez, 1999, p. 26).

Nesse sentido, as instituições podem desempenhar um papel importante no estabelecimento de ações e decisões, seja por meio de acordos entre os participantes, seja de forma coercitiva, com intenções totalizadoras.

Nos estudos subsequentes, González de Gómez retoma o conceito de regime de informação buscando maior consistência e o reformulando a partir do cruzamento de três abordagens: o regime de informação, de Frohmann; o modo de informação, de Poster; e o regime global de informação, de Braman (González de Gómez, 2012b).

Para a autora, cada nova configuração de um regime de informação resulta de diferentes modos de conformação de uma ordem sociocultural e política. González de Gómez coloca que o modelo de regime de informação estadocêntrico vem sendo alterado para um novo modelo, no qual atores públicos e privados detêm o poder seletivo e formativo sobre a informação (González de Gómez, 2012b, p. 32). A autora também questiona se teria ocorrido uma transição de um “regime de informação estadocêntrico” para um “regime de informação focado na economia” (González de Gómez; Chicanel, 2008). Em sua análise, responde que as mudanças ocorridas nas últimas décadas não eliminaram o papel ordenador do Estado, mas alteraram as figuras infocomunicacionais dominantes (González de Gómez, 2012b).

A partir das propostas de González de Gómez, entende-se que é possível aplicar o conceito de regime de informação como um modelo analítico para examinar as práticas de produção e divulgação do conhecimento em uma instituição de pesquisa. O conceito permite observar os diversos fatores envolvidos, bem como o papel e as relações de poder entre os diferentes agentes, no contexto moral, ético, jurídico e político.

### **3 MODELO PARA COMPREENSÃO DO REGIME DE INFORMAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE PESQUISA**

Antes de apresentar o modelo analítico, destaca-se que o conceito de regime de informação, desenvolvido por González de Gómez, pode ser entendido como um “instrumento para fazer novas perguntas, mais que um recurso de provisão de respostas” (González de Gómez, 2012a, p. 57). Além disso, trata-se de uma ferramenta analítica útil para situar e examinar as relações de poder e os agenciamentos entre uma pluralidade de atores.

O modelo analítico, assim como a proposição de González de Gómez (2000), parte do entendimento que a CI é uma ciência social e que não possui somente uma corrente teórica-metodológica. As questões micro e macrossociais também são consideradas como quase

indissociáveis. Entretanto, o modelo é flexível e os métodos podem variar de acordo com as questões da pesquisa e a instituição analisada.

No nível macrossocial, ao considerar que os regimes são definidos tanto por princípios (Krasner, 2012) quanto por regras – ou seja, normas explícitas ou implícitas que estabelecem e promovem regularidades (González de Gómez, 1999) – torna-se necessário refletir sobre a relação entre concepções de ciência e políticas científicas.

Entre os princípios que orientam as práticas científicas, destaca-se a ideia de que o desenvolvimento das ciências está diretamente vinculado à lógica da acumulação capitalista (Tauile, 1981). Essa relação também foi colocada por Jürgen Habermas (1968) ao afirmar que nos países capitalistas avançados existia duas tendências: a primeira diz respeito ao crescimento das atividades intervencionistas dos Estados para assegurar a estabilidade do sistema capitalista; a segunda refere-se à transformação das ciências e das técnicas na principal força produtiva.

Referente à formulação de políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), compreende-se que estas estão diretamente relacionadas ao modelo dominante de ciência, sendo afetadas por um processo de internacionalização decorrente das relações internacionais, especialmente por meio de organizações internacionais e organismos multilaterais (Ruivo, 1994; Velho, 2011).

Além de entender a relação entre concepções e políticas de CT&I, recomenda-se, para a análise no nível macrossocial, a utilização do conceito de capital científico desenvolvido por Pierre Bourdieu. De acordo com o autor, os pesquisadores disputam o monopólio tanto da autoridade científica – capacidade técnica e poder social – quanto da competência científica – capacidade de agir e falar de modo autorizado (Bourdieu, 2004). Essa luta visa ao reconhecimento e ao prestígio junto aos seus pares. Assim, o controle e o poder oriundos da acumulação de diferentes capitais podem (re)configurar os estratos informacionais e, por conseguinte, o regime de informação, uma vez que a produção e a divulgação do conhecimento envolvem a interação com diversos agentes ou atores sociais.

No nível microssocial, a Teoria Ator-Rede contribui observar as relações estabelecidas entre diferentes atores no processo de produção e divulgação do conhecimento. Essa teoria adota uma perspectiva construtivista e não estabelece uma separação entre os produtos das ciências e as práticas que os constituíram (Hochman, 1994). Ao buscar uma aproximação entre as práticas científicas e as formas de organização social da pesquisa em contextos específicos,

a análise desloca-se dos condicionamentos institucionais para as relações entre os diversos agentes implicados na produção e divulgação do conhecimento.

Com base nos conceitos desenvolvidos por Latour, Callon e Knorr-Cetina, González de Gómez (2007, p. 9) elaborou a noção de autoridade epistêmica distribuída para se referir às “condições e possibilidades de articulação, social e epistêmica, das diferentes culturas de evidência que participam da produção de conhecimento em redes sociais e digitais”. Assim, essa abordagem aproxima-se mais do modelo de redes do que do modelo de campo, afastando-se de uma perspectiva estruturalista.

O modelo de campo está associado ao conceito proposto por Bourdieu, que o define como o “universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” (Bourdieu, 2004, p. 20). O campo se configura como um espaço estruturado de posições e constitui um campo de forças e de lutas para conservar ou transformar essas estruturas (Bourdieu, 1983).

No modelo analítico proposto neste trabalho, sugere-se a articulação entre os conceitos de campo e rede para apoiar a contextualização histórica e social, bem como a compreender as visões e os interesses específicos que estruturam e normatizam as práticas científicas. Desse modo, entende-se que a autoridade científica é resultado tanto da interação entre diferentes atores quanto do condicionamento pelas estruturas sociais. As posições que os atores ocupam, portanto, são definidas pelas relações que estabelecem com outros agentes sociais (Marteleto; Silva, 2015).

Recomenda-se, ainda, combinar as determinações de conjuntura e estrutura com a dimensão das ações individuais, uma vez que determinadas ações podem ser determinantes para o desenvolvimento da instituição de pesquisa. Ao destacar o papel de alguns atores, é fundamental romper com a imagem do pesquisador isolado do mundo social e movido exclusivamente pela busca da verdade (Benchimol; Teixeira, 1993).

Além dessas considerações de nível macro e microsocial, com o objetivo de compreender os três estratos informacionais que configuram o regime de informação em uma instituição de pesquisa, propomos a realização das seguintes etapas analíticas: 1) análise da trajetória histórica da instituição; 2) análise do regime jurídico, do modelo de gestão e da estrutura organizacional; 3) análise da política de CT&I vigente; 4) análise dos modelos de infraestrutura de informação; 5) análise bibliométrica.

**Figura 1** - Etapas da análise de regime de informação em uma instituição de pesquisa



Fonte: elaboração própria.

A análise da trajetória da instituição permite compreender os aspectos históricos, culturais, organizacionais e sociais que conformaram e caracterizam os estratos informacionais e o processo de estabilização de práticas informacionais e discursivas, bem como os princípios, normas e regras vigentes. Para isso, recomenda-se recorrer à análise de documentos de arquivo, fontes secundárias e/ou entrevistas e utilizar métodos como análise do discurso, análise de conteúdo, estudos de narrativas, história oral, entre outras.

Por meio da análise de documentos e de fontes secundárias e/ou entrevistas, propomos também examinar os elementos que caracterizam o estrato regulatório, com foco no modelo de gestão, na estrutura organizacional e nos contratos estabelecidos. É importante observar o contexto jurídico e administrativo, bem como eventuais conflitos e relações de poder entre os diferentes atores envolvidos.

Deve-se considerar, ainda, os agenciamentos decorrentes do sistema de avaliação da atividade de pesquisa. No Brasil, como a maior parte do conhecimento científico é produzida no âmbito dos programas de pós-graduação, o Sistema de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) configura-se como um dos elementos que atuam na configuração do estrato regulatório. Esse sistema, junto com outras instituições e instrumentos de financiamento, de regulação, de assessoramento e de avaliação das ciências, é denominado por González de Gómez (2003) como um dispositivo de conversão. Para a autora, os processos de produção do conhecimento seguem dois movimentos

complementares: o primeiro diz respeito à autonomia e à autoridade relativa da comunidade científica para definir regras e valores válidos para seus próprios domínios; o segundo relaciona-se ao estabelecimento de medidas de equivalência entre os produtos das ciências e os valores e recursos políticos, simbólicos e econômicos, por meio de procedimentos formais de conversão.

Por fim, recomenda-se a utilização de métodos bibliométricos – ou seja, métodos quantitativos aplicados à produção, disseminação, socialização e evidência da informação registrada (Macias-Chapula, 1998) – para reconstruir características do estrato semântico, como o perfil da produção científica, o padrão de colaboração e as principais áreas de pesquisa. Complementarmente, indica-se emprego da análise de redes sociais como recurso metodológico para compreender e mensurar as relações entre pesquisadores e instituições por meio das coautorias em publicações científicas. Cabe destacar que outros recursos metodológicos também podem ser mobilizados para analisar as dinâmicas desse estrato, como entrevistas com pesquisadores, gestores e formuladores de políticas, bem como métodos etnográficos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conceito de regime de informação é flexível e possibilita utilizar métodos e teorias de diferentes áreas do conhecimento para apoiar a descrição ou interpretação dos três estratos informacionais – semântico, regulatório e de infraestruturas de informação – que configuram o modo de produção informacional dominante numa formação social.

A partir dos estudos empreendidos por González de Gómez, o modelo analítico proposto neste trabalho demonstra-se particularmente adequado para a investigação empírica das práticas informacionais em instituições de pesquisa. Tal modelo oferece uma perspectiva ampliada e integrada, superando visões reducionistas e instrumentalistas sobre os processos de produção e divulgação do conhecimento.

Para descrever ou interpretar os diferentes estratos informacionais e observar as relações de poder e tensões que ocorrem entre eles, pode-se recorrer às teorias e metodologias de diferentes disciplinas, como a Sociologia, as Ciências Políticas, a Administração, a Ciência da Computação e a Filosofia. Nesse sentido, é exigido do pesquisador ou do grupo de pesquisa uma abordagem interdisciplinar, sendo esse um dos maiores desafios

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

para a aplicação da abordagem de regime de informação nas pesquisas em ciência da informação.

Entre as diferentes propostas e correntes dos Estudos Sociais das Ciências, utilizamos o conceito de capital científico desenvolvido por P. Bourdieu, a teoria ator-rede de B. Latour e M. Callon e as discussões propostas por K. Knorr-Cetina. O primeiro permite observar os embates e lutas entre os diferentes atores envolvidos nos processos de produção e divulgação do conhecimento pelo monopólio da autoridade e da competência científica. Os trabalhos desenvolvidos por Latour, Callon e Knorr-Cetina – essenciais para compreensão do conceito de regime de informação de González de Gómez – possibilitam observar as práticas científicas associadas aos produtos das ciências através da interação entre diferentes atores humanos e não-humanos envolvidos diretamente ou indiretamente com as atividades de pesquisa.

Destacamos também a contribuição do conceito de regime global emergente de informação desenvolvido por Sandra Braman para contextualizar no nível macrossocial o regime de informação vigente em uma instituição de pesquisa. Os estudos empreendidos por Braman permitem observar e discutir tendências na configuração de um regime de informação a partir do cenário internacional em uma perspectiva política, econômica e tecnológica.

Por fim, outros trabalhos publicados por González de Gómez e colaboradores ao longo dos anos também auxiliam na discussão sobre as configurações e modos de funcionamentos dos estratos informacionais como: as questões éticas e normativas nos contextos da colaboração científica internacional (Jesus; González de Gómez, 2016; 2018), o papel do Estado na configuração do regime de informação nas ciências (Gugliotta; González de Gómez; Fonseca, 2017; 2018), a tecnologia digital na promoção da saúde coletiva (González de Gómez, 2018), o uso da análise de citação no contexto da avaliação das ciências (González de Gómez, 2017), o uso do termo de consentimento informado nas pesquisas (Meirelles; González de Gómez, 2016), entre outros.

Cabe destacar também que os métodos indicados no modelo analítico, se aproximam de alguns sugeridos por Hjørland (2002) para analisar os domínios do conhecimento como os estudos históricos, os estudos epistemológicos e críticos, os estudos das estruturas e instituições da comunicação científica e os estudos bibliométricos. Outras propostas também poderiam contribuir para os estudos de abordagem de regime de informação, como os estudos empíricos de usuários e estudos de documentos e gêneros.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Por fim, reafirmamos que o conceito desenvolvido por González de Gómez pode ser um valioso recurso para CI ao possibilitar compreender as relações entre os sujeitos, organizações e regras e como elas agenciam as práticas de produção e divulgação do conhecimento em uma instituição de pesquisa.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Thiara dos Santos; BEZERRA, Arthur Coelho. Informação, política e poder: 20 anos do conceito de “regime de informação” em Maria Nélida González de Gómez. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.12, n.1, p. 1-23 2019. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/484>. Acesso em: 21 jan. 2026.

BENCHIMOL, Jaime Larry; TEIXEIRA, Luiz Antônio. **Cobras, lagartos & outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1993.

BEZERRA, Emy Pôrto. *et al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em questão**, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57935/0>. Acesso em: 21 jan. 2026.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, Renato. (org.) **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp/INRA, 2004.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. *In*: BRAMAN, Sandra. (ed.). **The emergent global information policy regime**. Hampshire: Palgrave, 2004. p. 12-38.

FERNANDES, Geny Chaves; SALDANHA, Gustavo Silva. Contribuições de Marteleto e González de Gómez ao Entendimento do Informacional: diálogos com três aportes da informação. **Ponto de Acesso: Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA**, v. 6, n. 1, p. 2-31, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5413>. Acesso em: 21 jan. 2026.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmond, Alberta. **Proceedings** [...]. Alberta, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, dez. 2000.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O Contrato Social da Pesquisa: em busca de uma nova equação entre a autonomia epistêmica e autonomia política. **DatagramaZero**, v. 4, n. 1, p.1-22, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2007.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As ciências sociais e as questões de informação. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, ano 9, n. 14, p. 18-37, 2012b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Tecnologias digitais e análise do regime de informação para a promoção da saúde coletiva. **Revista Informação em Pauta**, v. 3, número especial, p. 9-29, 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 29, n. 1, p 137-158, 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide ; CHICANEL, Marize. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9. 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP/ANCIB, 2008. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/180489>. Acesso em: 21 jan. 2026.

GUGLIOTTA, Alexandre Carlos; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; FONSECA, Vitor. Informação a serviço do Estado burocrático. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: Unesp/ANCIB, 2017. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/104416>. Acesso em: 21 jan. 2026.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1968.

HJØRLAND, Birge. Domain analysis in information science: Eleven approaches Traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr Cetina. PORTOCARRERO, Vera. (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 199-231. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rnn6q/pdf/portocarrero-9788575414095-10.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.

JESUS, Elizabeth Maria Freire de; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Colaboração Internacional: colocando ética e integridade da pesquisa em perspectiva. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA/ANCIB, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/190196>. Acesso em: 21 jan. 2026.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 42, p. 93-110, 2012. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/b9xbgR49ZTvbzLq5RKFZrDg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2026.

MACIAS-CHAPULA, Cesar. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ci/a/rz3RTKWZpCxVB865BQRvtmh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2026.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Marcus Vinicius Pereira da. Redes, campo científico e processos de informação e comunicação em saúde. In: TOMAÉL, Maria Inés; MARTELETO, Regina Maria. (org.). **Informação e redes sociais: interfaces de teorias, método e objetos**. Londrina: EDUEL, 2015. p. 136-155.

MEIRELLES, Mariana Barros; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O uso do termo de Consentimento Informado na mediação infocomunicacional: Implicações éticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA/ANCIB, 2016.

RUIVO, Beatriz. "Phases" or "paradigms" of science policy? **Science and Public Policy**, v.21, n. 3, p. -157-164, 1994.

SILVA, Marcus Vinicius Pereira da. Regime de informação em redes de movimentos sociais na saúde: uma análise da educação popular e saúde. In: MARTELETO, Regina Maria; DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal. **Cultura, conhecimento e mediação de saberes em saúde: diálogos da informação e da educação popular**. Rio de Janeiro: Ibict, 2021. p. 237- 258. Disponível em:  
[https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1229/1/MarteleteoDavid\\_CulturaConhecimentoMediacao\\_2021.pdf](https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1229/1/MarteleteoDavid_CulturaConhecimentoMediacao_2021.pdf). Acesso em: 21 jan. 2026.

TAUILE, José Ricardo. Uma introdução à economia política da informação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 89-108, 1981.

VELHO, Léa. Conceitos de Ciência e a Política Científica, Tecnológica e de Inovação. **Sociologias**, v. 13, n. 26, p. 128-153, 2011. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/soc/a/q5SC5wGHhpGpzL86NZyDgDS/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2026.